

A TEORIA DO CONHECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DO COLETIVO

*THE THEORY OF KNOWLEDGE OF THE
COLLECTIVE'S ADMINISTRATION*

Mariane Freiesleben 1

O livro é dividido em seis capítulos: 1 Mudança Estrutural do Conhecimento Científico; 2 Paradigmas das Ciências Sociais; 3 Gestão Social no Contexto Histórico e Teórico das Relações entre Estado, Mercado e Sociedade; 4 Gestão Social; 5 Contribuições para a Construção Teórica da Gestão Social, e 6 Gestão Social: caminhando na construção do campo. Por se tratar de segunda edição realiza uma ampliação da revisão e da discussão conceitual, acrescentando um capítulo, pois a primeira edição continha cinco capítulos, refinando a aproximação teórica e rediscutindo as categorias teóricas elaboradas.

Por se tratar de segunda edição, foi realizado uma ampliação da revisão e da discussão conceitual, acrescentando um capítulo, pois a primeira edição continha cinco capítulos, refinando a aproximação teórica e rediscutindo as categorias teóricas elaboradas.

No primeiro capítulo os autores apresentam os critérios que demarcam a ciência iniciando seu texto por meio do método de Descartes, denominado racionalismo, que em primeiro plano era aplicado às ciências naturais e posteriormente às ciências sociais. Continuando o trabalho, apresentam Augusto Comte e a estrutura da escola positivista de pensamento, colocando-a como o estágio final das especulações do homem. De acordo com as discussões dos autores apresentados, elencam contendas acerca do tema, apontando características particulares da ciência, cujo objetivo é identificar as leis universais experimentadas por meio de princípios metodológicos claros e de repetição possível. Alertam que no campo científico, não há espaço para deduções ingênuas e sobre os perigos das generalizações, como também as perspectivas sobre os limites e as possibilidades de desenvolvimento da ciência enquanto conhecimento. Para esta atividade, elaboram um quadro sintético de autores renomados, enumerando os critérios de demarcação, características da ciência e hipótese “ad hoc” de cada escritor estudado.

No Segundo capítulo, são tratados os paradigmas das Ciências Sociais que refletem a construção do conhecimento científico e que sustentam as ciências Sociais aplicadas, baseados na proposta de interpretação dos paradigmas de Kuhn (1978). Os literatos apresentam três paradigmas e uma realidade, cada um com suas características próprias, representando ou tentando representar uma realidade. O paradigma estrutural do consenso, o paradigma estrutural do conflito e o paradigma interpretativo. Ademais, cada abordagem trata de dimensões específicas da vida social, refletindo concepções ontológicas da realidade, sendo limitado pela maneira de vislumbrar a realidade.

Dando ênfase aos trabalhos de Burrell e Morgan (1979) anunciam o nicho protegido para pesquisadores alternativos trabalharem por meio da incomensurabilidade dos paradigmas, pois para eles todas as teorias organizacionais são baseadas em uma filosofia da ciência e em uma teoria da sociedade, mas de grande incomensurabilidade paradigmática. Nessa amostra, a dimensão método é absorvida pela metodologia e é incluída à dimensão natureza humana. Os paradigmas não se comunicam e as teorias construídas dentro de um deles não podem ser explicadas em outro. Ao longo do texto, também descrevem as características dos três paradigmas do trabalho desenvolvido por Jones (1993) que apesar de não ser idêntico, se aproxima muito do trabalho de Burrell e Morgan (1979). Jones (1993) apresenta o *Paradigma Estrutural do Consenso* que apresenta um viés positivista, com ontologia pragmática e invariável da realidade, epistemologia hipotético-dedutiva e metodologia inspirada na das ciências naturais. Já, o *Paradigma Estrutural do Conflito* tem o objetivo de promover a emancipação (de uma estrutura ideologicamente dominante), cuja ontologia se baseia em uma sociedade economicamente dominada (objetivamente), cujo funcionamento se baseia na análise das forças que alicerçam a vida social e a metodologia leva em consideração o contexto histórico e sua relação com estas forças de dominação. No caso do *Paradigma Interpretativo* os autores observam que a mesma nomenclatura é utilizada por Burrell e Morgan (1979) que ontologicamente percebe-se que a realidade é construída pelos sujeitos, a epistemologia é antipositivista e a metodologia utiliza a interpretação do ator, vinculada a sua interação com um cenário social específico.

O paradigma do Humanismo Radical tem características próprias aos paradigmas Estrutural do Conflito e Interpretativo, já o Humanismo Radical possui características dos paradigmas Estrutural do Conflito e Interpretativo, mas também diferenças. Ademais, se o paradigma

Funcionalista (ou estrutural do Consenso) é o paradigma dominante, os demais poderiam ser considerados como ciência contra normal ou anomalias que levariam a uma revolução científica aproximando-os a inferência dos paradigmas da ciência normal de Kuhn (1978). Continuam as comparações, utilizando outros literários para potencializar os argumentos, mas finalizam o capítulo, esclarecendo que o campo da Gestão Social possui implicações específicas que podem caracterizá-la e aproximá-la do paradigma “Humanismo Radical”, todavia, precisa atender aos critérios de demarcações apresentados na perspectiva de algum dos paradigmas discutidos, proceder uma análise do contexto histórico e teórico que levem em conta as relações entre Estado, Mercado e Sociedade.

O terceiro capítulo é estruturado em três seções, o propósito central é apresentar uma análise histórica e teórica levando em conta as relações entre Estado, Mercado e Sociedade. Para esta atividade os escritores iniciam apresentando as características do Estado absolutista e a forma de exercer o poder por meio da gestão na administração patrimonialista, tudo pertencendo ao príncipe, até a primeira ruptura formando-se os parlamentos com forte presença da burguesia, é neste contexto que se desenvolve o mercado capitalista. No Estado moderno, de acordo com Max Weber (1999), o fundamento é a coação física legítima, cujas condições para aplicá-las são a existência de um quadro administrativo de pessoal e recursos administrativos materiais, e nessa conjuntura tem-se uma gestão do Estado, do mercado e da sociedade burocrática. E para Tilly (1996) essa cristalização de mudança de poder arrematará o nacionalismo, no qual a burocracia irá ser desenvolvida para os próprios interesses e poderes. É justamente neste conjunto de circunstâncias e fundamentado em Habermas, que os autores colocam a Terceira ruptura, o estabelecimento dos direitos sociais, políticos e civis modernos, pois na medida que a sociedade assume a responsabilidade de gerenciar os negócios públicos, após o Estado deixar de ser “sagrado” para ser “modesto”, cujo significado o levaria a estar a serviço da sociedade, de compreender os cidadãos, de ajudá-los a realizarem eles próprios seus objetivos (CROZIER, 1989). A sociedade agora emancipada do Estado poderia abrir caminhos para o que os literatos chamam de Gestão Social, em que colocam que seria o contraponto à gestão burocrática do Estado e do Mercado, para cuidar do interesse público não estatal, alcançando o bem comum na perspectiva republicana.

No quarto capítulo é apresentado a produção do conhecimento científico acerca da Gestão Social, para isso expõem o conceito de vários escritores renomados do tema, e conjuntamente explicam a posição do Brasil em relação aos estudos da asserção evidenciando a criação do PEGS/EBAPE/FGV, em 1990. O estabelecimento da Rede de Pesquisadores em Gestão Social e seus resultados, da mesma forma torna clara as perspectivas conceituais desses estudos no Brasil, e para isso, apresentam um rol de autores e suas discussões, aspirando que a Gestão Social como qualquer outro campo do conhecimento que caminha sobre uma via previamente construída, e que está dentro da normalidade de haver endogenia, todavia, apresentam duas críticas em relação a Gestão Social, a primeira relaciona-se à construção do conceito e, a segunda às possibilidades da cidadania deliberativa dentro da Gestão Social, que de acordo com os escritores, depois de exibir o parecer de vários pensadores corporificam positivamente a criação do curso, bem como a proliferação de encontros, projetos e periódicos para tratar, a Gestão Social como possibilidades e desafios de forma dialógica. Para os literários a condição de anomalia da Gestão Social requer um avanço em sua construção teórica e prática, a fim de fortalecer a proposta para que consiga se fazer frente ao paradigma dominante. E para a sua sobrevivência e desenvolvimento, é fundamental a discussão sobre sua ontologia e epistemologia.

O quinto capítulo busca subsidiar a construção das bases teóricas para a Gestão Social nas Categorias Teóricas identificadas na literatura, confrontando os critérios de demarcação da Ciência, apresentados no capítulo 01. Os escritores enumeram as categorias com seus principais autores, apresentando a seguir as configurações.

1) Interesse Bem Compreendido (IBC)¹ que de acordo com os autores abriga duas outras categorias complementares, a solidariedade e a sustentabilidade, por meio da discussão dos conceitos baseados em vários autores que concluem a solução dos problemas individuais e

1 A partir de agora, o Interesse Bem Compreendido será abreviado como IBC.

passam necessariamente, pela solução dos problemas coletivos IBC e que a sustentabilidade também está fortemente relacionada à Solidariedade, no sentido da segunda ser condição da primeira.

2) Esfera Pública, os escritores realizam toda uma construção histórica do tema com várias comparações de autores, expõem que atualmente o comportamento e não a ação, domina a vida do indivíduo que como não percebe a possibilidade da esfera pública para defender seus interesses, utiliza a esfera privada somente, ou seja, adota um comportamento no nível da subjetividade, porém, quando passa a ocupar e se sentir integrante na sociedade, manifesta-se no espaço público, falar, ser ouvido e compreendido, além do lar; mas para que isso ocorra, faz-se necessário conter em si, as categorias seguintes.

3) Democracia Deliberativa possibilita o exercício das faculdades políticas, por meio da participação nas decisões que afetam a vida, efetivada através dos espaços democráticos (direitos) e da participação afetiva (dever) além da qualidade desta participação.

4) Racionalidade que precisa ser substantiva, pois viabiliza ao ser humano a possibilidade de conduzir a vida sobre bases éticas, potencializando o debate racional.

5) Dialogicidade e Intersubjetividade, a segunda complementa a primeira, pois representa a capacidade dos indivíduos entenderem a subjetividade do outro por meio da comunicação entre eles, compreender o que está sendo dito e como está sendo dito, a comunicação acontece na percepção no que foi ou não dito.

6) Emancipação que ocorre quando o indivíduo percebe as potencialidades individuais como motor das forças sociais, ao atuar como ser político, reforça a percepção do IBC, pois liberto da manipulação, passa a ver claramente o viver em comunidade e as questões relacionadas.

7) Solidariedade.

8) Sustentabilidade.

As duas últimas são óbvias.

Para os literatos a proposta apresentada possui resultados positivos, sendo um bom campo do conhecimento científico, atendendo cinco dos sete critérios apresentados, abrindo espaço para o estudo de organizações e/ou espaços públicos. Deixa claro que a gestão social ainda não tem um paradigma construído no sentido khuniano, também não se configura com o programa de investigação científica lakatiano, pois ainda não foi atingido o critério de demarcação desses dois autores, mas engloba a área do conhecimento público na justaposição entre direito, administração, economia e ciências sociais, sendo um lócus multi ou interdisciplinar de ensino e pesquisa.

No capítulo seis são apresentados os avanços da pesquisa em Gestão Social com uma proposta de agenda de pesquisa. Os espaços nos quais as pessoas se relacionam de maneira dialógica, ensinam/aprendendo e aprendem/ensinando (intersubjetividade), passam a ser entendidos como Comunidades Práticas, pois não há hierarquia em relação ao saber e, a união na comunidade é o objetivo. Um dos possíveis modos de organização de esferas públicas com características da Gestão Social, que pode ser organizada de dois modos: Interorganizações e Comunidade Prática, pois as interorganizações podem tomar parte em Comunidades Práticas. O Estado é o condutor e indutor dessa governança, a Gestão Social também é uma gestão de redes, ampliando seu escopo. Em sequência os escritores apresentam uma agenda de pesquisa para a Gestão Social, que pretende discutir as Interorganizações e as Comunidades de Prática, aprofundar os fundamentos teóricos da Gestão Social para construir o primeiro paradigma.

Considerações Finais

A presente obra veicula importantes informações acerca do desenvolvimento epistemológico dos componentes relevantes para o entendimento e o desenvolvimento do conceito de Gestão Social, seja no campo teórico quanto ao senso comum, é um valoroso livro a ser lido e compreendido em suas entrelinhas. A obra parte do pressuposto de que a Gestão Social constitui um campo de conhecimento científico com fundamentos teóricos específicos, defendendo em base argumentativa uma delimitação dessa área como um campo científico. Ao traçar todo

um histórico sobre o conhecimento e fundamento da ciência enquanto cientificidade acerca da Gestão Social, busca contribuir apresentando os critérios de demarcação da ciência para a gestão social, proporcionando ao leitor um momento ímpar de conhecimento ao alcance das necessidades individuais e de comunidade, pois, prepara e alerta o homem dentro da subjetividade sobre uma de suas necessidades prioritárias aqui na terra, a de viver em comunidade, sendo recomendado a todos os amantes da leitura científica, como também aos administradores (que todos somos), como pós-graduandos e graduandos de todas as áreas.

Destaca-se, nesta obra, o histórico e consolidado envolvimento em pesquisas e publicações pelos autores:

Airton Cardoso Cançado: Doutor em Administração pela UFLA (2011), Mestre em Administração pela UFBA (2004) e graduado em Administração com Habilitação em Adm. de Cooperativas pela UFV (2003). Realizou Estágio Pós-doutoral em Administração pela EBAPE/FGV (2013) e HEC Montreal (2018). Atualmente é professor e Coordenador Adjunto do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Coordenador do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e professor do Curso de Administração da UFT. Participa da Rede de Pesquisadores em Gestão Social - RGS e do Observatório Brasileiro do Cooperativismo.

José Roberto Pereira: Pós-Doutor em Ciências Sociais pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2017-2018). Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (2000). Orientador no Mestrado Profissional em Administração Pública, no mestrado e Doutorado acadêmico em Administração da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Professor Titular em Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal de Lavras. Tem coordenado projetos de pesquisas e orientações nas áreas de democracia participativa e deliberativa, administração pública e gestão social.

Fernando Guilherme Tenório: Pós-Doutorado em Administração Pública pelo IGOP/Universitat Autònoma de Barcelona - UAB, (2004); Doutorado em Engenharia da Produção pela COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996). Professor Titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde também atua como Coordenador do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS); Editor do Periódico Cadernos EBAPE. BR e Editor Adjunto da Revista de Administração Pública (RAP). Bolsista em Produtividade do CNPq. Professor no Centro de Administração Pública e Governo da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV) e do Programa de Doutorado em Administração da Universidade Andina Simon Bolívar (UASB), Quito - Equador.

Referências

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **GESTÃO SOCIAL: epistemologia de um paradigma**. 2 ed. – Curitiba, PR: CRV, 2015. 218 p.

Recebido em 3 de abril de 2020.
Aceito em 15 de junho de 2020.